

RELATÓRIO COPPEAD Nº 251

A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES
VOLUNTÁRIAS NOS RELATÓRIOS
FINANCEIROS, A ESTRUTURA DAS
COMPANHIAS ABERTAS E AS
CARACTERÍSTICAS DOS CONTABILISTAS

Moacir Sancovcschi *
Ilse Maria Beuren **

Junho de 1991

* Contador, D. Sc. em Administração, Professor titular no Departamento de Contabilidade da FEA/UFRJ; Professor Visitante (Adjunto) no Curso de Mestrado em Ciências Contábeis da FAF/UERJ; e Professor Conferencista na COPPEAD/UFRJ.

** Contadora, M. Sc. em Administração e em Ciências Contábeis, Doutoranda em Controladoria e Contabilidade na FEA/USP, Professora Assistente da Universidade Federal de Santa Catarina.

Os autores agradecem os comentários e sugestões feitas pelos Professores Eduardo Facó Lemgruber, Wilson da Silva Spinosa e Marcos Ávila.

(1)

1 INTRODUÇÃO

1.1 Objetivos

Em 1988, ALMEIDA (1988) apresentou os resultados de uma pesquisa sobre a divulgação de informações voluntárias nos relatórios financeiros de companhias abertas industriais brasileiras no período 1984-86⁽²⁾. Ele verificou, entre outras coisas, (1) que o nível de divulgação de informações voluntárias foi baixo e manteve-se estável no período; (2) que existe uma relação não-linear positiva significativa entre o nível de divulgação de informações voluntárias e o tamanho das companhias abertas; e (3) que não existe relação entre o grau de importância atribuído por analistas financeiros às informações voluntárias e a frequência com que elas foram divulgadas.

A análise da referida pesquisa, assim como de outras que estudaram a divulgação de informações em relatórios financeiros, evidencia que seus autores consistentemente procuraram explicar as variações no nível de divulgação de informações através das variações no tamanho, na rentabilidade, no grau de endividamento ou em outras características das empresas. Ainda que essa postura tenha ampliado os conhecimentos acerca da divulgação de informações nos relatórios financeiros, deve-se reconhecer que ela não concedeu a devida importância ao poder dos contabilistas decidirem ou interferirem nas decisões quanto ao formato e conteúdo dos relatórios financeiros.

Este estudo replica e estende a pesquisa de ALMEIDA (1988, op.cit.). Replica porque testa as mesmas hipóteses dessa pesquisa numa amostra de companhias abertas industriais de Santa

Catarina. E estende porque examina (1) a existência de relações entre o nível de divulgação de informações voluntárias e características comportamentais dos contabilistas (interesse em inovar e satisfação no trabalho); e (2) a existência de relações entre as opiniões de contabilistas e de analistas financeiros quanto à importância de 30 itens de informação voluntária. Dessa forma, pretende-se preencher a lacuna deixada por outras pesquisas, ao desconsiderarem o poder dos contabilistas influenciarem as decisões quanto à divulgação de informações nos relatórios financeiros; e expandir um pouco mais o conjunto de variáveis utilizadas para explicar as variações no nível de divulgação de informações voluntárias.

1.2 Organização do Artigo

A seção 2 contém breve revisão de literatura que permite situar este trabalho na linha de pesquisa à qual ele pertence. A seção 3 descreve os principais aspectos da metodologia adotada. A seção 4 apresenta e analisa os resultados obtidos. A seção 5 sumariza os principais resultados da pesquisa. E, finalmente, a seção 6 apresenta as conclusões.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nas últimas décadas, foram realizadas pesquisas, em diversos países, sobre a divulgação de informações nos relatórios financeiros anuais de empresas, enfocando quatro aspectos básicos: a avaliação do nível de divulgação de informações; a associação entre o nível de divulgação de informações e a captação de recursos no mercado de capitais; a associação entre o nível de divulgação de informações e diversas características das empresas; e a existência de consenso entre produtores e usuários dos relatórios financeiros quanto à importância dos itens divulgados.

A avaliação do nível de divulgação de informações nos relatórios financeiros anuais foi realizada por SINGHVI; DESAI (1974) e BUZBY (1974) em empresas industriais dos Estados Unidos; BARRET (1976 e 1977) nas maiores empresas de capital aberto da França, Alemanha, Holanda, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos e Japão; FIRTH (1979a e 1979b) em empresas industriais da Inglaterra; FERREIRA (1980) em empresas de vários setores de atividade que tinham suas ações cotadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro; ARMENIC; MAIOCCO (1981) em empresas industriais do Canadá; FIRER; METH (1985) em empresas industriais da África do Sul; CHOW; WONG-BOREN (1987) em empresas industriais do México; e ALMEIDA (1988, op.cit.) em empresas industriais do Brasil.

Os resultados alcançados nestas pesquisas foram bastante homogêneos. Uma melhora significativa no nível de divulgação de informações nos relatórios anuais foi constatada em todos os países, nos períodos analisados, com exceção do caso brasileiro, onde o nível manteve-se constante. Entretanto, as informações

contidas nos relatórios ainda não eram suficientes para satisfazer as necessidades dos usuários.

A associação entre o nível de divulgação de informações e a captação de recursos no mercado de capitais foi analisada por CHOI (1973) em empresas da Bélgica, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Holanda, Noruega, Suécia, Suíça, Japão e Austrália; e por FIRTH (1980) em empresas industriais da Inglaterra. Os resultados dessas pesquisas indicaram que as empresas que captaram recursos no mercado de capitais melhoraram o nível de divulgação de informações.

A associação entre o nível de divulgação de informações e as diversas características das empresas foi investigada por SINGHVI; DESAI (1971, op.cit.) e BUZBY (1975) em indústrias norte-americanas; FIRTH (1979b, op.cit.) em indústrias britânicas; FIRER; METH (1985, op.cit.) em indústrias sul-africanas; CHOW; WONG-BOREN (1987, op.cit.) em indústrias mexicanas; e ALMEIDA (1988, op.cit.) em indústrias brasileiras. Embora essas pesquisas tenham investigado inúmeros fatores relacionados às empresas⁽³⁾, apenas foi encontrada correlação positiva entre o nível de divulgação de informações e o tamanho das empresas.

Em se tratando da verificação da existência de consenso entre produtores e usuários dos relatórios anuais sobre a importância dos diversos itens de informação, CHANDRA (1974) obteve a opinião de auditores e analistas financeiros nos Estados Unidos; FIRTH (1978) investigou a opinião de diretores financeiros, auditores, analistas financeiros e de crédito, sobre relatórios anuais de empresas do Reino Unido; e VASCONCELLOS

(1981) verificou a opinião de auditores e analistas financeiros e de ações com relação aos relatórios anuais de empresas do Brasil. Os resultados dessas pesquisas indicaram que existem divergências de opinião entre os responsáveis pela elaboração dos relatórios financeiros anuais e os usuários das informações.

Concluída a revisão das pesquisas sobre a divulgação de informações por empresas em diversos países, constata-se, entre outras coisas, que, sistematicamente, os pesquisadores procuraram explicar a variação no nível de divulgação de informações através de variáveis relacionadas às características das empresas. Ainda que se reconheça a importância desses resultados para o desenvolvimento da teoria e prática contábil, supõe-se que outros fatores também expliquem as variações no nível de divulgação de informações voluntárias. Neste sentido CAPLAN (1966) e LAWLER; RHODE (1976) propõem que as características dos sistemas de contabilidade e controle dependem, parcialmente, das pessoas que os desenvolvem e administram, das posições que ocupam nas empresas e de como elas se sentem nessas posições. Ademais, aceitar que somente as características das empresas expliquem o nível de divulgação de informações voluntárias implica ignorar o contabilista como um agente de mudança e como um profissional dotado de capacidade criativa.

Por acreditar-se na competência e na criatividade dos contabilistas, propõe-se aqui que as variações no nível de divulgação de informações voluntárias também possam ser explicadas por características pessoais e comportamentais dos contabilistas responsáveis pela elaboração de relatórios financeiros anuais. Como evidência da validade dessa proposição, destacam-se as

iniciativas de empresas, tais como a TELEPAR - Telefônica do Paraná S.A. e a VASP - Viação Aérea São Paulo S.A., que, graças ao esforço conjunto de seus contadores e auditores, publicaram paralelamente as demonstrações financeiras oficiais, os valores que seriam obtidos caso tivessem feito sua contabilidade em (4) ORTN, muito antes da vigência da Instrução CVM n. 64, de 19-05-87 (Correção Monetária Integral).

Dentre os vários aspectos do comportamento dos contabilistas passíveis de serem examinados, optou-se por estudar o interesse em inovação e a satisfação no trabalho. A expectativa é de que o nível de divulgação de informações voluntárias seja maior nas empresas que contam, em seus quadros, com contabilistas satisfeitos no trabalho e que tenham interesse em inovar.

Em síntese, com o presente estudo objetiva-se replicar e estender a pesquisa de ALMEIDA (1988, op.cit.). No que concerne à replicação, pretende-se especificamente:

- a) Avaliar o nível de divulgação de informações voluntárias nos relatórios financeiros de 1987 de companhias abertas industriais de Santa Catarina e compará-lo com os níveis determinados por ALMEIDA (1988, op.cit.) para as companhias abertas industriais brasileiras no período 1984-86;
- b) Determinar em que medida as variações no nível de divulgação de informações voluntárias nos relatórios financeiros de 1987 são explicadas pelas variações no tamanho das empresas Santa Catarina; e
- c) Verificar se os itens de informação voluntária julgados importantes pelos analistas financeiros, membros da ABAMEC do Rio

de Janeiro e de São Paulo, estão presentes nos relatórios financeiros anuais de 1987 de companhias abertas industriais do Estado de Santa Catarina.

Em se tratando de estender a referida pesquisa, intenta-se de modo mais detalhado:

d) Determinar a existência de relação entre os graus de importância atribuídos por analistas financeiros e por contabilistas, aos itens de informação voluntária; e

e) Determinar a existência de relações bivariadas entre o nível de divulgação de informações voluntárias, o interesse dos contabilistas em inovar e a satisfação dos contabilistas no trabalho.

3 METODOLOGIA

Esta seção descreve a metodologia usada para a operacionalização dos objetivos propostos. Em se tratando da replicação da pesquisa de ALMEIDA (1988, op.cit.), optou-se pelo uso da metodologia por ele adotada a fim de facilitar a comparação de resultados. No que concerne à extensão da referida pesquisa, foram utilizados os questionários de PATCHEN (PRICE, 1972), para medir o interesse dos contabilistas em inovar, e de PORTER e LAWLER (Id.,ib.), para medir a satisfação dos contabilistas no trabalho. Todavia, ressaltou-se que foram feitas algumas alterações indispensáveis nesses questionários, devido às características da população-alvo.

3.1 Hipóteses da pesquisa

Na primeira parte do estudo, que replica a pesquisa de ALMEIDA (1988, op.cit.), foram testadas as seguintes hipóteses:

Hipótese 1 - As empresas industriais catarinenses, com ações negociadas em bolsas de valores, apresentaram, em 1987, um nível de divulgação de informações voluntárias superior àquele apresentado pelas empresas brasileiras no período de 1984 - 86.

Hipótese 2 - Existe uma relação linear positiva e significativa entre o nível de divulgação de informações voluntárias nos relatórios financeiros de 1987 e o tamanho das companhias abertas industriais catarinenses.

Hipótese 3 - Existe uma relação positiva significativa entre o grau de importância dos itens de informação, segundo a opinião dos analistas financeiros, e a frequência com que eles foram

divulgados nos relatórios financeiros de 1987 das companhias abertas industriais catarinenses.

Na segunda parte do trabalho, estende-se a pesquisa mencionada no sentido de investigar outros aspectos que se acredita serem relevantes para a explicação das variações no nível de divulgação de informações voluntárias. Para isso foram formuladas as seguintes hipóteses:

Hipótese 4 - Existe relação positiva significativa entre os graus de importância atribuídos aos itens de informação voluntária pelos analistas financeiros e aqueles atribuídos pelos contabilistas.

Hipótese 5 - O nível de divulgação de informações voluntárias está associado positiva e significativamente ao interesse dos contabilistas em inovar no trabalho.

Hipótese 6 - O nível de divulgação de informações voluntárias está associado positiva e significativamente ao grau de satisfação dos contabilistas no trabalho.

3.2 Definição Operacional das Variáveis

Dois conjuntos de variáveis podem ser identificados nesta pesquisa. No primeiro encontram-se as variáveis da pesquisa de ALMEIDA (Id.,ib.) e no segundo, aquelas que foram adicionadas para estendê-la.

3.2.1 Variáveis da Pesquisa de ALMEIDA (Id.,ib.)

Quatro das variáveis empregadas por ALMEIDA (Id.,ib.) foram utilizadas: (1) nível de divulgação de informações; (2) grau de importância dos itens de informação voluntária; (3) frequência de divulgação de itens de informação voluntária; e (4)

tamanho das empresas.

3.2.1.1 Nível de Divulgação de Informações

Nesta pesquisa são empregados três indicadores de nível de divulgação de informações voluntárias. São eles:

$$(A) \text{ NDI}_{ia} = \frac{\sum_{j=1}^m \bar{G}_i I_{ija}}{\sum_{j=1}^m \bar{G}_i} = \sum_{j=1}^m \frac{I_{ija}}{m} / m$$

$$(B) \text{ NDI}_{ja} = \frac{\sum_{i=1}^n \bar{G}_i I_{ija}}{\sum_{i=1}^n \bar{G}_i}$$

$$(C) \text{ NDI}_a = (1/m) \cdot \sum_{j=1}^m \text{NDI}_{ja}$$

NDI = 0, , 100%
 i = 1, , 30
 j = 1, , 26
 a = 1987

onde,

NDI_{ia} - Nível de divulgação do item de informação voluntária i no ano a ;

NDI_{ja} - Nível de divulgação de informações voluntárias da empresa j no ano a ;

NDI_a - Nível de divulgação de informações voluntárias no ano a ;

\bar{G}_i - é o grau de importância médio do item de informação voluntária i ;

I_{ija} - é uma variável "dummy" que assume o valor 1 quando o item de informação i está presente no relatório financeiro anual da empresa j no ano a ;

3.2.1.1.1 Determinação de Iija

A presença do item de informação voluntária i no relatório anual da empresa j no ano de 1987 foi determinada pela análise dos relatórios anuais enviados pelas empresas. Foram consideradas apenas duas possibilidades: (i) a informação foi divulgada (1) e (ii) a informação não foi divulgada (0).

É importante ressaltar que outras pesquisas adotaram esquemas alternativos mais sofisticados para operacionalizar essa variável (CHOW; WONG-BOREN, 1987, op.cit. / FIRER; METH, 1985, op.cit. / BUZBY, 1974, op.cit.).

3.2.1.2 Grau de Importância do Item de Informação Voluntária i

Para determinar \bar{G}_i , ALMEIDA (1988, op.cit.) solicitou aos analistas associados da ABAMEC (Associação Brasileira de Analistas de Mercado de Capitais) do Rio de Janeiro e de São Paulo que indicassem, numa escala ordinal de 5 pontos (1 - não importante; 5 - muito importante), a importância que eles atribuíam a cada um de 30 itens de informação voluntária presentes num questionário fechado concebido especialmente para essa consulta. \bar{G}_i é a média aritmética dos escores fornecidos por 234 analistas para o item i . Formalmente,

$$\bar{G}_i = (1/p) \sum_{k=1}^P G_{ki} \quad \begin{matrix} k = 1, \dots, 234 \\ i = 1, \dots, 30 \end{matrix}$$

onde,

G_{ki} - Grau de importância que o analista k atribui ao item de informação voluntária i .

Os 30 itens de informação voluntária, integrantes do questionário, foram selecionados a partir de uma lista de 322 itens, distribuídos em 63 assuntos diferentes. A relação inicial resultou (i) da revisão das pesquisas comentadas anteriormente e de textos de contabilidade financeira e de análise de investimentos; (ii) da entrevista informal com analistas; e (iii) do exame de diversos relatórios anuais de companhias abertas. Os critérios de seleção foram os seguintes:

(i) **Voluntariedade** - os itens deveriam ser de divulgação voluntária;

(ii) **Disponibilidade** - não deveria haver restrições quanto à divulgação dos itens pelas empresas;

(iii) **Aplicabilidade** - os itens deveriam ter aplicação possível na maioria das empresas industriais e estar em sintonia com a realidade do país; e

(iv) **Frequência** - os itens deveriam, sempre que possível, estar presentes na lista de, pelo menos, duas outras pesquisas.

3.2.1.3 Frequência de Divulgação de Itens de Informação Voluntária

A frequência de divulgação do item de informação voluntária i no ano a foi obtida pela contagem do número de empresas que o apresentaram no ano a . Ela é expressa formalmente como

$$F_{ia} = \sum_{j=1}^m I_{ija} \quad \begin{array}{l} j = 1, \dots, 36 \\ a = 1987 \end{array}$$

3.2.1.4 Tamanho das Companhias Abertas

Para medir a variável tamanho, optou-se inicialmente por empregar o valor do Ativo Total e o do Patrimônio Líquido das companhias, ambos expressos em moeda constante. A conversão foi realizada com base na OTN do mês de encerramento do exercício social.

Tal como aconteceu na pesquisa de ALMEIDA (Id.,ib.), os valores apurados para o Ativo Total e o para Patrimônio Líquido das companhias pesquisadas mostraram-se tão dispersos que certamente prejudicariam os resultados dos testes de correlação. As TABELAS 1 e 2 comparam as estatísticas relativas aos valores absolutos do Ativo Total e do Patrimônio Líquido das companhias catarinenses com aqueles obtidos pelo autor para uma amostra de companhias brasileiras). Por conseguinte, procedeu-se como de praxe para reduzir a magnitude do desvio padrão de ambas as medidas - empregou-se o logaritmo decimal dos valores absolutos. As TABELAS 3 e 4 apresentam os logaritmos decimais dos valores absolutos do Ativo Total e do Patrimônio Líquido das companhias pesquisadas pelo autor e das companhias de Santa Catarina.

A principal consequência do uso de logaritmos decimais nas medidas de tamanho é que a partir de agora a Hipótese 2 passa a ser: " Existe uma relação não-linear positiva e significativa entre o nível de divulgação de informações voluntárias nos relatórios financeiros de 1987 e o tamanho das companhias abertas industriais catarinenses".

TABELA 1
 Valor Absoluto do Ativo Total
 (em 1.000 OTNs/ORTN)

	Cias. Abertas Industriais Brasileiras			Sta. Catari- na
	1984	1985	1986	1987
Média	81.733	84.986	86.166	10.488
Desvio Padrão	310.900	311.165	311.753	11.503
Mínimo	360	490	740	227
Máximo	1.770.760	1.727.490	1.710.940	37.100

TABELA 2
 Valor Absoluto do Patrimônio Líquido
 (em 1.000 OTNs/ORTN)

	Cias. Abertas Industriais Brasileiras			Sta. Catari- na
	1984	1985	1986	1987
Média	38.024	44.122	51.992	7.013
Desvio Padrão	127.812	150.754	183.722	8.013
Mínimo	160	270	540	200
Máximo	699.610	832.150	1.036.640	26.798

TABELA 3
 Logarítmo Decimal do Valor Absoluto do Ativo Total

	Cias. Abertas Industriais Brasileiras			Sta. Catari- na
	1984	1985	1986	1987
Média	11,31	11,35	11,36	3,71
Desvio Padrão	12,65	12,65	12,65	0,59
Mínimo	5,89	6,19	6,61	2,36
Máximo	14,39	14,36	14,35	4,57

TABELA 4
Logarítmo Decimal do Valor Absoluto do Patrimônio Líquido

	Cias. Abertas Industriais Brasileiras			Sta. Catarina
	1984	1985	1986	1987
Média	10,55	10,69	10,86	3,52
Desvio Padrão	11,76	11,92	12,12	0,59
Mínimo	5,08	5,60	6,29	2,30
Máximo	13,46	13,63	13,85	4,43

3.2.2 Variáveis de Extensão da Pesquisa

Para estender a pesquisa de ALMEIDA (Id.,ib.) foram consideradas as seguintes variáveis: (1) interesse dos contabilistas em inovar; (2) satisfação dos contabilistas no trabalho; e (3) grau de importância atribuído aos itens de informação voluntária por contabilistas.

3.2.2.1 Interesse em Inovar

O interesse dos contabilistas em inovar no trabalho foi medido aqui através do questionário utilizado por PATCHEN (PRICE, 1972, op.cit.) num estudo realizado em cinco unidades da Tennessee Valley Authority, em três divisões de uma companhia eletrônica e em uma companhia de aparelhos eletrodomésticos (5).

O referido questionário é composto por seis perguntas (ANEXO 1). Os escores atribuídos para as respostas de cada pergunta constam nos parênteses que as precedem. O interesse dos empregados em inovar no trabalho é computado pela média dos escores obtidos em cada um das perguntas.

A TABELA 5 apresenta as estatísticas relativas ao interesse dos contabilistas entrevistados em inovar.

TABELA 5
Interesse dos Contabilistas em Inovar no Trabalho

VARIÁVEL	Média	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Intervalo Observado		Assimetria	Curtose
					Mín	Máx.		
Interesse em inovação	4,12	4,33	4,25	0,58	2,50	5,00	-0,89	0,50

3.2.2.2 Satisfação no Trabalho

A satisfação dos contabilistas no trabalho foi medida, nesta pesquisa, através do questionário desenvolvido por PORTER e LAWLER (Id.,ib.) para estudar o relacionamento entre atitudes e comportamento no trabalho em sete organizações norte-americanas, três das quais eram divisões de governos estaduais e as outras quatro, indústrias privadas e empresas públicas ⁽⁶⁾. O questionário é composto de 13 perguntas, cada uma das quais expressa de duas maneiras. A primeira pretende determinar a intensidade com que uma característica está relacionada à posição dos entrevistados na empresa (item a); e a segunda, a intensidade que os entrevistados acham que essa mesma característica deve estar relacionada às suas posições na empresa (item b) (ANEXO 2).

O grau de satisfação de um indivíduo no trabalho é calculado pela média das diferenças dos escores indicados para os itens (a) e (b) de cada uma das treze perguntas. Dessa forma, quanto mais baixa for a média, maior será a satisfação do indivíduo no trabalho.

O questionário de PORTER e LAWLER (Id.,ib.), além de fornecer uma medida global da satisfação no trabalho, permite

avaliar o nível de satisfação de cinco categorias de necessidades: segurança (questão n^o 6); social (questões n^{os} 10 e 13); estima (questões n^{os} 1, 4 e 8); autonomia (questões n^{os} 2, 5, 11 e 12); e auto-realização (questões n^{os} 3, 7 e 9).

A TABELA 6 apresenta as estatísticas relativas à satisfação dos contabilistas entrevistados no trabalho.

TABELA 6
Satisfação dos Contabilistas no Trabalho*

VARIÁVEL	Media	Moda	Mediana	Desvio Padrão	Intervalo Observado		Assimetria	Curtose
					Mín.	Máx.		
Segurança	0,65	0,00	0,50	0,75	0,00	2,00	0,63	-0,97
Social	0,27	0,00	0,25	0,59	-1,50	1,00	-0,83	1,14
Estima	0,47	0,00	0,50	0,39	0,00	1,00	0,04	-1,50
Autonomia	0,60	0,50	0,50	0,51	0,00	1,75	0,80	-0,33
Auto-realização	0,53	0,33	0,45	0,49	-0,33	1,67	0,37	-0,64
Geral	0,51	0,31	0,42	0,37	0,00	1,46	0,99	0,35

* Valores elevados indicam pouca satisfação.

3.2.2.3 Graus de Importância Atribuídos aos Itens de Informação por Contabilistas

Os graus de importância atribuídos aos itens de informação voluntária por contabilistas foram medidos através do questionário concebido e utilizado por ALMEIDA (1988, op.cit.) para verificar os graus de importância atribuídos aos itens de informação por analistas financeiros. A descrição das características desse questionário encontra-se no item 3.2.1.2 deste artigo.

O aludido instrumento de medida foi adotado, neste estudo, de forma idêntica à versão original, apenas substituindo o termo "analista financeiro" por "profissional responsável pela

elaboração de relatórios financeiros anuais". Este procedimento permite comparar os resultados das duas pesquisas e determinar as relações entre as opiniões destes dois grupos de profissionais sobre o grau de importância dos itens de informação nos relatórios financeiros anuais.

3.3 Dados

Para obter os dados necessários a esta pesquisa foram examinados os relatórios financeiros de 1987 de 26 companhias abertas industriais catarinenses, com o propósito de determinar o nível de divulgação de informações voluntárias e o tamanho das empresas. Além disso, foram entrevistados os contabilistas responsáveis pela elaboração dos relatórios financeiros anuais destas empresas. Eles foram solicitados a fornecer alguns dados pessoais (idade, sexo, experiência e formação) e comportamentais (interesse em inovar e satisfação no trabalho), bem como o grau de importância que atribuem a 30 itens de informação voluntária.

A amostra de empresas foi determinada com base na listagem do "Cadastro Geral de Companhias" da Comissão de Valores Mobiliários, de 3 de outubro de 1988.

Inicialmente, foram listadas todas as empresas industriais de Santa Catarina. Das 47 indústrias encontradas, foram excluídas algumas que não atendiam aos requisitos mínimos exigidos para participar desta pesquisa, a saber: (a) 4 empresas apresentaram seu registro cancelado na CVM; (b) 5 empresas tinham suas ações negociadas apenas no mercado de balcão; e (c) 3 empresas encerraram seu exercício social em data diversa das outras companhias, isto é, seus relatórios financeiros anuais eram

de 30 de junho, enquanto que das demais indústrias de 31 de dezembro.

Além disso, das empresas pertencentes a um mesmo grupo empresarial ⁽⁷⁾ foi escolhida apenas uma, a que apresentou o maior ativo total, em valor absoluto, no balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1987. A adoção desse procedimento deveu-se à expectativa de que empresas pertencentes a um mesmo grupo adotassem políticas semelhantes na divulgação de informações voluntárias. Dessa forma, 4 grupos empresariais foram identificados, resultando na exclusão de mais 7 empresas.

Ressalte-se, ainda, que duas das empresas visitadas, por motivos internos, negaram-se a fornecer os dados solicitados.

Assim, integram a amostra de empresas efetivamente pesquisadas, 26 indústrias catarinenses (ANEXO 3), com controle acionário privado, que têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

A opção de concentrar a investigação nas empresas do Estado de Santa Catarina, deveu-se, por um lado, ao fato de predominarem nesse Estado empresas industriais (a metodologia adotada nesta pesquisa foi desenvolvida por ALMEIDA (Id.,ib.) para avaliar o nível de divulgação de informações voluntárias de empresas industriais); e, por outro, ao interesse de entrevistar os contabilistas das empresas cujos relatórios financeiros seriam analisados.

3.6 Técnicas Estatísticas

Para testar as hipóteses que se referem a relações entre variáveis da pesquisa, foram aplicados os coeficientes de

correlação simples e parcial de Pearson (BLALOCK (1979) e WONNACOTT & WONNACOTT (1985)).

Considerando-se que a maioria das variáveis desta pesquisa é medida em escala ordinal, dever-se-ia, a rigor, aplicar técnicas estatísticas não-paramétricas (SIEGEL, 1975). Contudo, seguindo uma prática bastante difundida na área das ciências sociais, justificada por KERLINGER (1973), adotaram-se os coeficientes de correlação simples e parcial de Pearson, ambas técnicas estatísticas paramétricas.

3.7 Limitações da pesquisa

As diversas escolhas feitas para operacionalização deste estudo impõem limitações ao seu escopo que devem ser explicitamente identificadas. São elas:

- (a) Os resultados são dependentes das opiniões manifestadas pelos analistas financeiros do Rio de Janeiro e de São Paulo em 1987 e pelos contabilistas das empresas catarinenses pesquisadas em 1988;
- (b) Apesar de todos os 30 itens de informação voluntária serem adequados à grande maioria das empresas industriais, não se pode afirmar que eles possuam total aplicabilidade. É possível que certos itens não sejam aplicáveis (relevantes) em determinadas situações ou setores de atividades / empresas. Além disso, no caso de um item de informação não constar do relatório de uma empresa não há meios de se verificar se o seu fato gerador ocorreu ou não;
- (c) O método adotado para indicar a presença de um item de informação voluntária no relatório anual de uma empresa é reconhecidamente simples e demandou que fossem estabelecidos critérios subjetivos de análise para considerar importantes

atributos qualitativos das informações. A documentação de todos os julgamentos permitiu que se evitassem ao menos as grandes distorções nas avaliações;

(d) Todos os resultados deste trabalho são contingentes às definições operacionais das variáveis e se aplicam somente às companhias abertas industriais de Santa Catarina;

(e) Todos os testes de associação foram realizados com base em dados obtidos em 1988 de uma amostra de diferentes empresas de Santa Catarina (cross-section). Portanto, não se pretende testar aqui relações de causa e efeito; e

(f) Em nenhum momento levou-se em conta o custo de produção e divulgação de informações, a despeito de sua inegável importância nas decisões tomadas quando da elaboração dos relatórios
(8)
anuais .

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção contém o teste das hipóteses da pesquisa, respeitando, sempre que possível, a ordem em que elas foram formuladas, e alguns resultados suplementares.

4.1 Nível de Divulgação de Informações Voluntárias (Hipótese 1)

A TABELA 7 confronta o nível de divulgação de informações voluntárias das companhias brasileiras pesquisadas por ALMEIDA (1988, op.cit.), para cada um dos anos do período 1984-86 e para os três anos em conjunto (Geral), com o das companhias catarinenses no ano de 1987.

TABELA 7
Nível de Divulgação de Informações Voluntárias no
ano a (%).

	Companhias Abertas Brasileiras				S. C.
	Geral	1984	1985	1986	1987
NDI a	26,4	26,6	26,3	26,2	43,0
Desvio Padrão	14,4	13,6	15,5	14,4	10,6
NDI ja Mínimo	3,5	3,7	3,5	3,7	21,1
NDI ja Máximo	64,2	58,2	64,2	64,2	64,1

O nível de divulgação de informações voluntárias das empresas catarinenses em 1987 foi de 43,0 %, um número bastante superior àqueles apresentados pelas empresas brasileiras no período 1984-86. Embora haja uma grande variação entre a empresa que menos divulga (21,1 %) e a que mais divulga (64,1

%), essa diferença é menor que a observada para as empresas brasileiras, destacando-se que a menor amplitude se deve ao fato do limite inferior alcançado pelas empresas catarinenses estar substancialmente acima daqueles alcançados pelas empresas brasileiras.

Para que se possa analisar mais detidamente o comportamento do nível de divulgação de informações voluntárias, é necessário estudar a evolução do nível de divulgação de cada um dos trinta itens de informação no período 1984-87 (TABELA 8).

A TABELA 8 evidencia que os itens de informação voluntária constantes da escala foram, em geral, mais divulgados pelas empresas catarinenses em 1987 do que pelas empresas brasileiras no período 1984-86. As variações mais expressivas ocorreram nos itens 22 (Seguros contratados), 19 (Impacto da inflação nas atividades da companhia) e 4 (Sumário de dados operacionais). Existiram, porém, algumas exceções. O nível de divulgação dos itens 11 (Recursos humanos - treinamento, etc), 20 (Valor de mercado dos estoques) e 26 (discriminação das despesas/custos por componentes - fixos e variáveis, diretos e indiretos, etc) manteve-se praticamente constante no período 1984-87; e o nível de divulgação dos itens 15 (Atividades no mercado de capitais - lançamentos de ações, debêntures, splits, etc), 23 (Receita por tipo de consumidor), 24 (Receita de venda por produto/atividade), 25 (Receita de venda por região geográfica) e 30 (Tendências do setor de atividade da companhia) foi inferior para as empresas catarinenses em 1987.

TABELA 8
Evolução do Nível de Divulgação do Item de Informação Voluntária i
no ano a (%)

N. Descrição dos Itens	1984	1985	1986	1987
01 Objetivos e políticas da administração	66,7	55,6	63,9	88,5
02 Fatores que afetaram o desempenho da companhia no exercício encerrado	72,2	75,0	80,6	100,0
03 Principais produtos e/ou serviços da companhia	50,0	55,6	66,7	80,8
04 Sumário de dados operacionais importantes	30,6	27,8	30,6	96,2
05 Posição competitiva e parcela de mercado	5,6	2,8	5,6	26,9
06 Propaganda e publicidade	13,9	11,1	2,8	7,7
07 Pesquisa e desenvolvimento	13,9	16,7	13,9	26,9
08 Investimentos realizados e planejados	61,1	58,3	63,9	88,5
09 Número de empregados	16,7	22,2	16,7	38,5
10 Relações trabalhistas	2,8	5,6	2,8	15,4
11 Recursos humanos	36,1	33,3	33,3	30,8
12 Plano de benefícios aos empregados	36,1	27,8	25,2	42,3
13 Base acionária	11,1	11,1	11,1	30,8
14 Política de dividendos	47,2	52,8	47,2	92,3
15 Atividades no mercado de capitais	63,9	63,9	61,1	53,8
16 Operações de crédito de curto prazo	25,0	27,8	27,8	53,8
17 Matérias-primas	19,4	19,4	16,7	26,9
18 Local, função e tam. das unidades operacionais	19,4	22,2	22,2	38,5
19 Impacto da inflação nas atividades da companhia	13,9	11,1	5,6	100,0
20 Valor de mercado dos estoques	0,0	0,0	0,0	0,0
21 Arrendamento ou aluguel de equipamentos/ativos	0,0	11,1	11,1	26,9
22 Seguros contratados	5,6	5,6	5,6	92,3
23 Receita de venda por tipo de consumidor	0,0	2,8	2,8	0,0
24 Receita de venda por produto/atividade	38,9	38,9	30,6	3,8
25 Receita de venda por região geográfica	47,2	44,4	50,0	0,0
26 Despesas/custos por componentes	0,0	0,0	0,0	0,0
27 Pedidos em carteira	2,8	2,8	2,8	3,8
28 Projeções de vendas físicas	2,8	5,6	2,8	11,5
29 Fatores econômicos, políticos e sociais que podem afetar o futuro da companhia	38,9	25,0	27,8	46,2
30 Tendências do setor de atividade da companhia	30,6	27,8	25,0	23,1

A despeito da magnitude das variações observadas, tanto no nível de divulgação de informações como no nível de divulgação dos itens de informação, deve-se, por prudência, concluir que os resultados, embora interessantes, são excessivamente fracos para se rejeitar a hipótese nula de que as empresas catarinenses apresentaram em 1987 o mesmo nível de divulgação de informações voluntárias que as empresas brasileiras no período 1984-86.

O motivo que justifica a referida conclusão é que não há meios de se determinar com precisão as causas do crescimento verificado nos indicadores estudados. Ele pode ser o resultado de uma combinação desconhecida dos seguintes fatores: (a) melhora efetiva no nível de divulgação de informações voluntárias, ao longo dos anos; (b) diferenças de julgamento entre ALMEIDA (Id., ib.) e um dos autores deste trabalho, no que concerne a determinação da existência / não-existência dos itens de informação voluntária nos relatórios financeiros anuais; (c) diferenças entre as regiões onde as empresas das duas amostras estão estabelecidas; (d) diferenças no tamanho das empresas e no setor em que as empresas dos dois grupos estudados atuam; e (e) diferenças no cenário político, social e econômico do país nos períodos em que as duas pesquisas foram realizadas.

4.2 Nível de Divulgação de Informações Voluntárias e o Tamanho as Companhias Abertas Industriais (Hipótese 2)

A TABELA 9 contém os coeficientes de correlação de Pearson entre o nível de divulgação de informações voluntárias e o tamanho das empresas (medido pelo logaritmo decimal dos valores absolutos do ativo total e do patrimônio líquido) para os quatro

anos do período 1984-87.

TABELA 9
Coeficientes de Correlação de Pearson entre o Nível de Divulgação
de Informações Voluntárias e o Tamanho das Cias. Abertas

	Cias.	Industriais		Brasileiras	S. C.
	Geral	1984	1985	1986	1987
Ativo Total	0,6949	0,6863	0,6969	0,7139	0,6437
N. de casos	(108)	(36)	(36)	(36)	(26)
Significância	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001
Patrimônio Líquido	0,6949	0,6703	0,6654	0,7150	0,6121
N. de casos	(108)	(36)	(36)	(36)	(26)
Significância	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001

Os coeficientes de correlação para o ano de 1987 indicam que existe uma associação não-linear positiva significativa entre o nível de divulgação de informações voluntárias nos relatórios financeiros e o tamanho das empresas ⁽⁹⁾.

Este resultado é similar ao obtido por ALMEIDA (Id., ib.) no período 1984-86 e difere daqueles apresentados em pesquisas realizadas em outros países que concluíram que haviam relações lineares entre o nível de divulgação de informações e os indicadores de tamanho das empresas.

Um aspecto que sobressai na TABELA 9 é a estabilidade do coeficiente de correlação de Pearson entre o N.D.I. e o tamanho das empresas. Apesar do teste ter sido realizado com uma amostra diferente e em época posterior à pesquisada pelo autor, os resultados não se alteraram de forma substancial.

4.3 Comparação das Opiniões de Contabilistas e Analistas Financeiros (Hipótese 4)

A TABELA 10 confronta as opiniões de analistas financeiros e de contabilistas quanto à importância dos itens de informação voluntária.

Não obstante se tenha utilizado o mesmo questionário para medir a opinião de analistas financeiros e de contabilistas, é preciso considerar, na comparação das opiniões, que as consultas foram realizadas em épocas diferentes e os que os entrevistados são provenientes de estados diferentes (analistas financeiros do Rio de Janeiro e de São Paulo e contabilistas de Santa Catarina).

A análise dos graus médios de importância atribuídos por contabilistas e analistas financeiros aos itens de informação voluntária demonstra que existe muita semelhança na opinião das duas categorias de especialistas. Observa-se que 22 itens (indicados pela letra A) apresentam uma variação pequena entre as médias máxima e mínima atribuídas a cada um deles, 7 itens (letra B) apresentam variação média e somente um item (letra C) apresenta variação grande. A média dos graus médios de importância para todos os itens da escala foi de 3,76 para os contabilistas, um número bastante próximo de 3,74 computado para os analistas financeiros.

TABELA 10
Grau de Importância Atribuído aos Itens de Informação Voluntária
por Contabilistas e Analistas Financeiros

N.	Descrição dos Itens		Importância dos Itens	
			Contabilistas	Analistas
01	Objetivos e políticas da administração	A	4,31	4,30
02	Fatores que afetaram o desempenho da companhia no exercício encerrado	A	4,46	4,57
03	Principais produtos e/ou serviços da companhia	A	4,08	3,74
04	Sumário de dados operacionais importantes	A	4,23	4,36
05	Posição competitiva e parcela de mercado	A	3,92	4,02
06	Propaganda e publicidade	B	3,27	2,67
07	Pesquisa e desenvolvimento	A	3,54	3,75
08	Investimentos realizados e planejados	A	4,08	4,28
09	Número de empregados	B	3,35	2,72
10	Relações trabalhistas	A	2,54	2,73
11	Recursos humanos	B	3,35	2,51
12	Plano de benefícios aos empregados	C	3,38	2,14
13	Base acionária	A	4,15	3,84
14	Política de dividendos	A	4,31	4,11
15	Atividades no mercado de capitais	A	4,31	3,97
16	Operações de crédito de curto prazo	A	3,88	4,16
17	Matérias-primas	A	3,62	4,11
18	Local, função e tam. das unidades operacionais	A	3,62	3,39
19	Impacto da inflação nas atividades da companhia	A	4,35	4,08
20	Valor de mercado dos estoques	A	4,04	4,00
21	Arrendamento ou aluguel de equipamentos/ativos	A	3,04	3,43
22	Seguros contratados	B	3,77	3,02
23	Receita de venda por tipo de consumidor	A	3,31	3,41
24	Receita de venda por produto/atividade	A	3,62	3,93
25	Receita de venda por região geográfica	A	3,19	3,26
26	Despesas/custos por componentes	B	3,31	4,02
27	Pedidos em carteira	B	3,69	4,22
28	Projeções de vendas físicas	A	4,12	4,48
29	Fatores econômicos, políticos e sociais que podem afetar o futuro da companhia	A	4,08	4,43
30	Tendências do setor de atividade da companhia	B	3,88	4,53
Média Geral			3,76	3,74

Observação: As letras A, B e C indicam na tabela os julgamentos dos autores acerca da magnitude das diferenças entre os escores médios atribuídos pelos contabilistas e analistas aos itens de informação. A letra A aponta diferenças diferenças pequenas, a letra B, diferenças médias e a letra C, diferenças grandes.

Para confirmar que as opiniões de analistas financeiros e contabilistas são similares destaca-se que o coeficiente de correlação de Pearson entre os escores médios de cada categoria de especialistas é igual a 0,72 com um nível de significância inferior a 1 %.

Estes resultados diferem daqueles obtidos em outras pesquisas que, em geral, constataram a existência de divergências de opiniões entre diversos tipos de usuários de relatórios financeiros e os contabilistas.

Considerando-se unicamente os itens indicados com as letras B e C, isto é, com variações médias e grandes, percebe-se que eles formam dois grupos. No primeiro estão os itens em que os escores médios dos contabilistas superam os escores médios dos analistas financeiros. Ele é composto pelos itens 6 (Propaganda e publicidade), 9 (Número de empregados), 11 (Recursos humanos), 12 (Plano de benefícios aos empregados) e 22 (Seguros contratados). No segundo grupo estão os itens 26 (Discriminação das despesas/custos por componentes), 27 (Pedidos em carteira) e 30 (Principais tendências do setor de atividade da companhia), para os quais os escores médios dos analistas financeiros superaram os escores médios dos contabilistas.

O exame do conteúdo destes dois grupos fornece algumas evidências das tendências observadas nas preferências dessas duas categorias de especialistas. Os analistas financeiros, por estarem constantemente avaliando a história financeira das empresas para prever o seu valor num momento futuro, sempre considerarão relevantes informações que os auxiliem nessa tarefa, independente do quanto isso custará às empresas, dos riscos a que estarão

expostos, contadores e auditores externos, ao divulgá-las, ou das necessidades dos demais usuários. Isso talvez explique a maior importância que eles atribuem a informações sobre a estrutura de custos das empresas, os pedidos em carteira e as expectativas da administração quanto aos setores da economia nos quais as empresas operam. Diferentemente, os contabilistas se defrontam com a difícil missão de atender a diversas categorias de usuários de relatórios financeiros além, é claro, de satisfazer algumas de suas preferências. Por isso não é muito fácil sugerir motivos que levaram os contabilistas entrevistados a atribuírem maior importância a itens como propaganda e publicidade, número de empregados, recursos humanos, plano de benefícios aos empregados e seguros contratados. Sempre existirão dúvidas acerca dos usuários que os contabilistas tinham em mente satisfazer ao responderem os questionários ou das finalidades que eles acreditavam que as demonstrações financeiras deveriam atender com prioridade.

4.4 Frequência de Divulgação de Informações e Graus de Importância Atribuídos por Contabilistas e por Analistas Financeiros às Informações Voluntárias (Hipótese 3)

A TABELA 11 apresenta os coeficientes de correlação de Pearson entre os graus de importância médios atribuídos por contabilistas e por analistas financeiros aos itens de informação voluntária e a frequência com que eles foram divulgados em 1987 pelas empresas catarinenses.

TABELA 11

Coeficientes de Correlação de Pearson entre a Frequência da Divulgação de Informações Voluntárias e o Grau de Importância a Elas Atribuídos por Contabilistas e Analistas Financeiros

VARIÁVEL	Frequência de divulgação	Grau de importância atribuído por analistas financeiros
Grau de importância atribuído por analistas financeiros:		
Coeficiente	0,2521	
N. de Casos	(30)	
N. de Significância	0,089	
Grau de importância atribuído por contabilistas:		
Coeficiente	0,6411	0,7203
N. de Casos	(30)	(30)
N. de Significância	0,001	0,001

Considerando-se, inicialmente, o coeficiente de correlação entre o grau de importância atribuído por analistas financeiros e a frequência de divulgação de informações, verifica-se que existe uma relação positiva não-significativa ao nível de 5 %.

Este resultado é similar ao obtido por ALMEIDA (Id., ib.), indicando que as empresas catarinenses não se preocuparam em divulgar informações voluntárias consideradas importantes por analistas financeiros.

Examinando-se, agora, o coeficiente de correlação entre o grau de importância atribuído por contabilistas e a frequência de divulgação de informações, constata-se a vigência de relação positiva e significativa em nível inferior a 1 %.

Tal coeficiente denota que as empresas catarinenses,

embora não se preocupassem em satisfazer as necessidades de informações dos analistas financeiros, divulgaram com frequência informações voluntárias consideradas importantes pelos contabilistas.

A existência de relação positiva significativa entre os graus de importância atribuídos por contabilistas e por analistas financeiros às informações voluntárias, evidenciada na TABELA 11 e comentada na seção anterior, sinaliza que a reduzida associação entre o grau de importância atribuído por analistas financeiros e a frequência de divulgação de informações pode ter sido induzida pela relação que essas duas variáveis tem com o grau de importância atribuído por contabilistas às informações voluntárias.

Computando-se o coeficiente de correlação parcial entre o grau de importância atribuído por analistas financeiros às informações voluntárias e a frequência de divulgação de informações, controlados os efeitos do grau de importância atribuído por contabilistas às informações voluntárias ($r = - 0,39$; nível de significância inferior a 5 %), conclui-se que as empresas catarinenses divulgaram pouco informações consideradas relevantes pelos analistas financeiros.

Em suma, os resultados obtidos não permitem que se rejeite a hipótese nula de que não existe relação significativa entre o grau de importância dos itens de informação voluntária, segundo a opinião dos analistas financeiros, e a frequência com que eles foram divulgados nos relatórios financeiros de 1987 de companhias abertas industriais catarinenses.

4.5 Nível de Divulgação de Informações Voluntárias, Satisfação no Trabalho e Interesse em Inovar (Hipóteses 5 e 6)

A TABELA 12 exibe os coeficientes de correlação de Pearson entre o tamanho das empresas de Santa Catarina, o nível de divulgação de informações voluntárias, a satisfação dos contabilistas no trabalho e o interesse dos contabilistas em inovar.

TABELA 12
Coeficientes de Correlação de Pearson entre Tamanho das Empresas, Nível de Divulgação de Informações Voluntárias, Satisfação no Trabalho e Interesse em Inovar

	NDI ja	Ativo Total	Patrimônio Líquido
Ativo Total			
Coeficiente	0,6437		
N. de Casos	(26)		
N. de Sign.	0,001		
Patrimônio Líquido			
Coeficiente	0,6121		
N. de Casos	(26)		
N. de Sign.	0,001		
Satisfação			
Coeficiente	-0,2376	-0,3990	-0,3978
N. de Casos	(26)	(26)	(26)
N. de Sign.	0,121	0,022	0,022
Interesse em Inovar			
Coeficiente	0,4344	0,3932	0,3656
N. de Casos	(26)	(26)	(26)
N. de Sign.	0,013	0,023	0,033

O coeficiente de correlação entre o interesse dos contabilistas em inovar e o nível de divulgação de informações voluntárias ($r = 0,4344$) denota que existe uma relação positiva

significativa em nível inferior a 5 % entre essas duas variáveis. Isto é, as empresas que contam em seus quadros com contadores interessados em inovar tendem a apresentar um alto nível de divulgação de informações voluntárias.

Considerando-se que a escala que mede a satisfação dos contabilistas no trabalho está invertida (valores baixos indicam um alto grau de satisfação no trabalho), fica evidente que o coeficiente de correlação entre a satisfação no trabalho e o nível de divulgação de informações voluntárias indica uma associação positiva não-significativa entre essas duas variáveis. Isto é, não existem sinais de que as empresas que contam em seus quadros com contadores satisfeitos divulguem mais informações voluntárias.

Ainda que os coeficientes de correlação mencionados permitam testar as Hipóteses 5 e 6, não se pode dar a questão por encerrada. A existência de associações positivas relevantes e significativas entre o tamanho das empresas e as variáveis satisfação no trabalho, interesse em inovar e nível de divulgação de informações sugere que os resultados observados foram induzidos pelas relações que todas essas variáveis tem com o tamanho das empresas.

A TABELA 13 apresenta os coeficientes de correlação parcial entre o nível de divulgação de informações voluntárias, a satisfação dos contabilistas no trabalho e o interesse dos contabilistas em inovar, controlados os efeitos da variável tamanho (medida através do logarítmo decimal dos valores absolutos do Ativo Total e do Patrimônio Líquido).

TABELA 13
 Coeficientes de Correlação Parcial entre o Nível de Divulgação de
 Informações Voluntárias, Satisfação no Trabalho e o Interesse em
 Inovar, Controlados os Efeitos da Variável Tamanho.

	Nível de Divulgação de Informações Voluntárias Controlando para:	
	Ativo Total	Patrimônio Líquido
Satisfação		
Coeficiente	0,0274	0,0081
N. de Casos	(23)	(23)
N. de Sign.	0,448	0,485
Interesse em Inovar		
Coeficiente	0,2576	0,2861
N. de Casos	(23)	(23)
N. de Sign.	0,107	0,083

Os coeficientes de correlação parcial da TABELA 13 demonstram a extensão em que a variável tamanho influenciou as correlações entre o nível de divulgação de informações voluntárias, a satisfação no trabalho e o interesse em inovar. No caso da satisfação no trabalho, a relação, que era positiva porém não-significativa, tornou-se praticamente nula; e no caso do interesse em inovar, a relação, que era significativa em nível inferior a 5 %, reduziu substancialmente, deixando de ser significativa.

Portanto, pode-se concluir que, *stricto sensu*, não existem evidências para se rejeitar as hipóteses nulas de que o nível de divulgação de informações voluntárias não apresenta relação significativa com a satisfação dos contabilistas no trabalho ou com o interesse dos contabilistas em inovar.

Outrossim, deve-se destacar que o caráter exploratório destes resultados permite que se relaxe um pouco os limites usualmente requeridos de significância, considerando, dessa maneira, suficiente o nível de 11 % para rejeitar a hipótese nula de que não existe relação significativa entre o nível de divulgação de informações voluntárias e o interesse dos contabilistas em inovar.

5 SUMÁRIO

Esta pesquisa analisou a divulgação de informações voluntárias nos relatórios financeiros de 1987 de 26 companhias abertas industriais de Santa Catarina e comparou as opiniões dos contabilistas das empresas estudadas com as opiniões de analistas financeiros do Rio de Janeiro e de São Paulo acerca da importância de itens de informação voluntária, alcançando os seguintes resultados:

(1) Quanto à divulgação de informações voluntárias, constatou-se que as companhias de Santa Catarina apresentaram um nível superior àquele atingido pelas empresas brasileiras no período 1984-86. Entretanto, as evidências não foram julgadas suficientes para que se pudesse rejeitar a hipótese nula de que as empresas de Santa Catarina exibiram em 1987 o mesmo nível de divulgação de informações voluntárias que as empresas brasileiras nos três anos anteriores.

(2) Quanto à relação entre o nível de divulgação de informações voluntárias e o tamanho das companhias, verificou-se que ela é não-linear positiva significativa em nível inferior a 1 %. Esse resultado é similar ao obtido por ALMEIDA (Id.,ib.) e difere daqueles alcançados em outros países unicamente pela não-linearidade.

(3) Quanto à similaridade das opiniões de contabilistas e analistas financeiros acerca da importância dos itens de informação voluntária, observou-se que ela é substancial. Esse resultado difere daqueles obtidos em outras pesquisas que constataram a existência de divergências de opinião entre os

diversos tipos de usuários de relatórios financeiros e os contabilistas.

(4) Quanto à relação entre os graus de importância médios dos itens de informação voluntária, segundo a opinião dos analistas financeiros, e a frequência com que eles foram divulgados nos relatórios de 1987 das companhias de Santa Catarina, verificou-se que, apesar de positiva, ela não é significativa ao nível de 5 %. Adicionalmente, observou-se que essa relação é fortemente influenciada pela associação que os graus de importância médios atribuídos pelos contabilistas aos itens de informação voluntária têm, tanto com a frequência de divulgação de informações voluntárias, como com os graus de importância médios atribuídos pelos analistas financeiros aos itens de informação voluntária.

(5) Quanto à relação entre o nível de divulgação de informações voluntárias e a satisfação dos contabilistas no trabalho, verificou-se que ela é positiva porém não-significativa ao nível de 5 %, tornando-se praticamente nula quando se controla os efeitos da variável tamanho das empresas.

(6) Quanto à relação entre o nível de divulgação de informações voluntárias e o interesse dos contabilistas em inovar, observou-se que ela é positiva e significativa ao nível de 5 %. Todavia, ela reduz substancialmente e passa a ser significativa ao nível de 11 % quando se controla os efeitos da variável tamanho das empresas.

6 CONCLUSÕES

SANCOUSCHI; ALMEIDA (1989) afirmam em seu artigo que, a despeito de todo progresso ocorrido recentemente na evidenciação de informações contábeis sobre as companhias abertas, ainda há muito a ser feito nesta área. Em especial, eles recomendam as empresas que, através de seus administradores, contadores e auditores externos, realizem experiências buscando ajustar as informações fornecidas às demandas dos usuários, atentando para as características do seu ambiente social, econômico e tecnológico, e para os custos e benefícios esperados da divulgação.

Tais autores salientam, ainda, que para se viabilizar a experimentação e a inovação, é fundamental que, por um lado, haja ampla troca de opiniões entre contabilistas e usuários de relatórios financeiros e que, por outro, os agentes do governo atuem como facilitadores e estimuladores do processo, garantindo aos usuários um conjunto mínimo de informações e incentivando as empresas a complementá-lo à medida que a situação o exija.

Alguns resultados deste estudo, embora não generalizáveis, permitem qualificar, um pouco melhor, as observações anteriores.

Considerando-se a possibilidade de que as empresas somente divulguem informações julgadas importantes pelos usuários dos relatórios financeiros na medida que os contabilistas as considerem relevantes (Ver seção 4, item 4.4), pode-se argumentar que é imprescindível a manutenção de canais de comunicação abertos entre usuários e contabilistas para que a contabilidade cumpra a sua missão. O fato de que são bastante

muitos acreditam, os contabilistas entrevistados exibiram um elevado interesse em inovar (Ver TABELA 5).

Para encerrar este artigo, cabe lembrar que a idéia de reduzir o grau de formalização do processo de elaboração de demonstrações financeiras não é nova. MAYER-SOMMER; LAYCOCK (1978) já a defenderam anteriormente.

Estes autores, numa crítica à atuação da Securities and Exchange Commission (SEC) e do Financial Accounting Standards Board (FASB) ⁽¹⁰⁾, argumentaram que diversas questões econômicas, que deveriam ser resolvidas nos mercados de informação, estavam sendo tratadas de forma crescentemente centralizada pelo governo dos Estados Unidos ⁽¹¹⁾ e submetidas a restrições legais, tais como exigências excessivamente específicas quanto à mensuração e evidenciação. Embora reconhecessem algumas vantagens a curto prazo nesse sistema, eles advertiram que, a longo prazo, a centralização e a normatização resultariam em relatórios financeiros limitados, inflexíveis, que não satisfariam as necessidades dos usuários e, portanto, inúteis.

Como alternativa, MAYER-SOMMER; LAYCOCK (Id.,ib.) propuseram que os responsáveis pelo projeto do ambiente institucional contábil considerassem as necessidades de produtores e usuários das informações contábeis, implantando, por conseguinte, um sistema no qual as recompensas do mercado desempenhariam um papel importante na orientação do desenvolvimento de padrões de mensuração e evidenciação. Segundo esses autores, as recompensas e punições do mercado contrastam substancialmente com aquelas empregadas pelos agentes reguladores.

Enquanto o mercado condiciona o suprimento de recursos ao fornecimento de informações úteis, os agentes reguladores determinam coercitivamente que contabilistas e empresas obedeçam a normas que definem aquilo que eles acham que os usuários querem ou deveriam querer.

Notas:

(1) Este artigo resultou da síntese e revisão da pesquisa de BEUREN (1991).

(2) Veja também o artigo de SANCOUSCHI; ALMEIDA (1989).

(3) As pesquisas mencionadas divergiram na escolha das características das empresas que foram correlacionadas com nível de divulgação de informações. Entre os fatores analisados estão o tamanho das empresas, o número de acionistas, o tipo de empresa que realiza a auditoria, a taxa de retorno, a margem de lucro, a alavancagem financeira, a proporção de ativos fixos sobre ativos totais e a rentabilidade.

(4) Para maiores esclarecimentos ver Boletim IOB 16/85 - Temática Contábil e Balanços, p. 175-196.

(5) PRICE (1972) fornece indicações sobre a validade e a confiabilidade do questionário de PATCHEN.

(6) PRICE (1972) fornece indicações sobre a validade e a confiabilidade do questionário de PORTER; LAWLER.

(7) A análise da composição do Conselho de Administração das empresas permitiu identificar aquelas que pertenciam a um mesmo grupo empresarial.

(8) GRAY; RADEBAUGH; ROBERTS (1990) estudaram as opiniões dos principais executivos financeiros de 415 companhias multinacionais norte-americanas e inglesas sobre os custos de divulgação de informações voluntárias. Os resultados da pesquisa demonstraram que, em média, os entrevistados percebem a apresentação da maioria dos itens de informação voluntária como causadora de custos líquidos. Contudo, dependendo do item analisado as opiniões variam

bastante. Por conseguinte, os autores argumentam que, provavelmente, a decisão de divulgar informações voluntárias decorre de uma avaliação das conseqüências econômicas da divulgação. E isso, acreditam, depende da natureza e das circunstâncias da companhia.

(9) Os coeficientes de correlação de Pearson entre o NDI e o Valor Absoluto do Ativo Total e entre o NDI e o Valor Absoluto do Patrimônio Líquido das empresas de Santa Catarina em 1987 foram, respectivamente, 0,4992 e 0,4498, ambos significativos ao nível de 5%, o que demonstra a superioridade do poder explicativo do modelo não-linear.

(10) Uma outra avaliação crítica do trabalho desenvolvido pelo FASB encontra-se no artigo de ANTHONY (1987).

(11) No Brasil, a centralização das decisões sobre normas contábeis também tem causado, com freqüência, problemas tanto para os contabilistas como para os usuários das demonstrações financeiras. Dentre eles, um dos mais polêmicos tem sido a determinação do índice de inflação para a correção dos valores constantes das demonstrações financeiras. As declarações de Geraldo Barbieri e Ariovaldo dos Santos, professores da FEA/USP, ao Jornal do Brasil (Negócios e Finanças, 12/06/91) têm o mesmo teor das opiniões emitidas por outros profissionais que no passado também vieram a público advertir para os problemas causados pelo índice de correção imposto pelos agentes do governo. Segundo eles, "toda confusão em torno da contabilidade das empresas foi estimulada pelo próprio governo, quando decidiu optar pelo BTN fiscal como indexador oficial dos balanços. Isto, acrescentaram, permitiu uma distorção muito grande nos resultados

finais de bancos e empresas, além de ter facilitado maquiagem em determinadas contas". Aparentemente os técnicos do governo ignoraram que "já havia consenso de que o BTN fiscal era um indexador que não refletia a realidade" quando o escolheram.

- FERREIRA, W. L. Disclosure nos relatórios anuais de empresas para itens de informação selecionados e a avaliação de sua importância por analistas financeiros - um estudo comparativo. Rio de Janeiro: COPPEAD-UFRJ, 1980. Dissertação de Mestrado.
- FIRER, C.; METH, G. Voluntary information disclosure in company annual report. South Africa Journal of Business Management, v.16, n.4, p.151-156, 1985.
- FIRTH, M. A study of the consensus of the perceived importance of disclosure of individual items in corporate annual reports. International Journal of Accounting, v.14, n.1, p.57-70, Fall 1978.
- The disclosure of information by companies. Omega, v.7, n.2, p.129-135, 1979a.
- The impact of size, stock market listing, and auditors on voluntary disclosure in corporate annual reports. Accounting and Business Research, v.9, n.36, p.273-280, 1979b.
- Raising finance and firms corporate reporting policies. Abacus, v.16, n.2, p.100-115, 1980.
- GRAY, S. G.; RADEBAUGH, L. H.; ROBERTS, C. B. International perceptions of cost constraints on voluntary information disclosures: a comparative study of U.K. and U.S. multinationals. Journal of International Business Studies, v.21, n.4, p.597-621, Fourth Quarter 1990.
- KERLINGER, F. N. Foundations of behavioral research. 2. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973.
- LAWLER, E. E.; RHODE, J. G. Information and control in organizations. Pacific Palisades, Cal: Goodyear, 1976.
- MAYER-SOMMER, A. P.; LAYCOCK, S. J. Financial reporting: let's replace compliance with competition. Management Accounting, v.60, n.6, p.14-19,36, Dec. 1978.
- PRICE, J. L. Handbook of organizational measurement. Lexington: Mass., D. C. Heath and Company, 1972.
- SANCOVSCHI, M.; ALMEIDA, P. S. S. A divulgação de informações voluntárias em relatórios anuais de companhias abertas industriais no período 1984-86. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 1989. (Relatório de Pesquisa, 87)
- SIEGEL, S. Estatística não-paramétrica: para as ciências do comportamento. São Paulo: McGraw-Hill, 1975.
- SINGHVI, S. S.; DESAI, H. B. An empirical analysis of the quality of corporate financial disclosure. The Accounting Review, v.46, n.1, p.129-138, Jan. 1971.

VASCONCELLOS, F. A. O ponto de vista dos auditores sobre o disclosure em relatórios das companhias abertas - um estudo comparativo. Rio de Janeiro: COPPEAD/UFRJ, 1981. Dissertação de Mestrado.

WONNACOTT, R. J.; WONNACOTT, T. H. Descobrimdo o poder da estatística. Rio de Janeiro: LTC, 1985.

ANEXO 1

Questionário de PATCHEN para Medir Interesse em Inovar

I. No seu tipo de trabalho, se uma pessoa tenta mudar sua maneira usual de fazer as coisas, em que isso geralmente implicará ?

(1) Será normalmente pior; os métodos reais e experimentados surtem melhores efeitos no seu trabalho.

(3) Normalmente não faz muita diferença.

(5) Será normalmente melhor; nossos métodos precisam de melhorias.

II. Algumas pessoas preferem fazer um trabalho exatamente da mesma maneira, porque desta forma eles podem contar sempre com a realização de um bom trabalho. Outras gostam de mudar suas formas de trabalho para achar novas maneiras de fazer as coisas. Como isso ocorre com você no seu trabalho?

(1) Eu sempre prefiro fazer as coisas da mesma maneira.

(2) Na maioria das vezes prefiro fazer as coisas exatamente da mesma maneira.

(4) Prefiro na maioria das vezes fazer coisas de forma nova e diferente.

(5) Sempre prefiro fazer coisas de forma nova e diferente.

III. Com que frequência você, por si só, experimenta uma maneira mais rápida e melhor de fazer alguma coisa no trabalho?

(5) Uma vez por semana ou mais frequentemente.

(4) Duas ou três vezes por mês.

(3) Cerca de uma vez por mês.

(2) De alguns em alguns meses.

(1) Raramente ou nunca.

IV. Com que frequência você tem chances de testar suas próprias idéias no trabalho, tanto antes quanto depois de falar com seu superior?

(5) Várias vezes por semana ou mais.

(4) Cerca de uma vez por semana.

(3) Diversas vezes por mês.

(2) Cerca de uma vez por mês.

(1) Menos de uma vez por mês.

V. No seu tipo de trabalho, é normalmente melhor deixar o seu superior preocupar-se sobre as melhores ou novas maneiras de fazer as coisas.

(1) Concordo plenamente.

(2) Concordo na maioria das vezes.

(4) Discordo na maioria das vezes.

(5) Discordo plenamente.

VI. Quantas vezes, no ano passado, você sugeriu ao seu superior uma maneira diferente ou melhor de executar alguma coisa no trabalho?

(1) Não tive oportunidade de fazer isso durante o ano passado.

(2) Uma ou duas vezes.

(3) Cerca de três vezes.

(4) Cerca de cinco vezes.

(5) De seis a dez vezes.

(6) Mais do que dez vezes tive oportunidade para fazer isso no ano passado.

ANEXO 2

Questionário de PORTER e LAWLER para Medir a Satisfação no Trabalho

Nas páginas que se seguem, várias características de qualidade relacionadas com sua própria posição administrativa estarão listadas. Para cada característica você será solicitado a dar três classificações.

- a) Quanto da característica está agora relacionada com a sua posição administrativa?
- b) Quanto da característica você acha que deve estar relacionada com a sua posição administrativa?
- c) Que importância tem esta característica para você ?

Cada classificação estará numa escala de sete pontos, que irá assemelhar-se a esta:

(mínimo) 1 2 3 4 5 6 7 (máximo)

Você deverá circundar o número na escala que representa a quantidade da característica classificada. Números baixos representam quantidades baixas ou mínimas e números altos representam quantidades altas ou máximas. Se você acha que há "muito pouco" ou "nada" da característica efetivamente associada com a posição, você deverá circundar o número 1. Se você acha que há "só um pouco", você deverá circundar o número 2, e assim por diante. Se você acha que há "uma grande, mas não uma quantidade máxima", você deverá circundar o número 6. Para cada escala, circunde apenas um número.

Favor não omitir nenhuma das escalas.

12. A oportunidade de participar na determinação de métodos e procedimentos:

13. A oportunidade para desenvolver amizades próximas na minha posição administrativa:

ANEXO 3

Relação das Companhias Abertas Industriais de Santa Catarina que
Integram a Amostra da Pesquisa.

Nome	Setor de Atividade
Artex S. A. Fabr. Artef. Texteis	Indústria Têxtil
Bonato S. A. Com. e Indústria	Mat. de Constr. e Ferr.
Buettner S. A. Ind. e Comércio	Indústria Têxtil
Ceval Agro Industrial S. A.	óleos Vegetais
Cia. Hering	Vestuário
Cia. Indl. Schlosser S. A.	Indústria Têxtil
Cia. Lorenz	Prods. Div. Alimentos
Cia Têxtil Karsten	Indústria Têxtil
Consul S. A.	Eletrodomésticos
Cremer S. A. Prods. Têxteis Cirurg.	Indústria Têxtil
Electro Aço Altona S. A.	Metalurgia
Emp. Bras. Compressores S. A.	Máquinas e Motores
Fábrica Tecidos Carlos Renaux S. A.	Indústria Têxtil
Indústria de Linhas Leop. Scmalz S. A.	Indústria Têxtil
Jaraguá Fabril S. A.	Indústria Têxtil
Marisol S. A. Ind. do Vestuário	Vestuário
Metalúrgica Duque S. A.	Metalurgia
Metalúrgica Wetzell S. A.	Metalurgia
Perdigão Agroindustrial S. A.	Frigoríficos
S. A. Ind. e Com. Chapecó	Frigoríficos
Sadia Concórdia S. A. Ind. e Com.	Frigoríficos
Simesc S. A.	Frigoríficos
Sulmalhas Ind. Sul Br. Malhas S. A.	Vestuário
Teka Tecelagem Kuehnrich S. A.	Indústria Têxtil
Têxtil Arp S. A.	Indústria Têxtil
WEG S. A. (*)	Empr. de Adm. e Part.

(*) Todas as empresas do grupo WEG desenvolvem atividades industriais, porém apenas a empresa de administração e participação está registrada na Comissão de Valores Mobiliários.